



## **A POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PMAPO) E O RECONHECIMENTO DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS DE SAÚDE POPULAR EM SUAS DISTINTAS MODALIDADES NO MUNICÍPIO DE REBOUÇAS**

Alice Karine Vriesman e Wania Kauana Bernardi  
Outubro de 2020  
Rebouças / PR

O município de Rebouças/ PR possui 14.176 habitantes, sendo que 6.671 vivem na região rural. Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 24.136,06, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,672 e ele está inserido no bioma Mata Atlântica. O censo agropecuário de 2017 aponta que 84% das propriedades rurais são da agricultura familiar, totalizando 1.242 propriedades com área média de 25 ha.

No estado do Paraná, a legislação vigente que trata sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares é a Lei Estadual nº 17.190 de 18/06/2012. Atualmente, os municípios de Matinhos, Francisco Beltrão, Realeza e Rebouças implantaram uma Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), em 2019 e em 2020, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e contribuir para a sustentabilidade e a qualidade de vida das populações do campo e da cidade por meio da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, além do uso sustentável dos recursos naturais.

A PMAPO de Rebouças foi implementada pelo município em regime de cooperação entre a União, o estado do Paraná, algumas instituições públicas, organizações da sociedade civil e entidades parceiras. As ações da PMAPO serão destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, aos agricultores urbanos e aos povos e comunidades tradicionais.

Dentre as diretrizes da PMAPO estão a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável; a conservação dos ecossistemas naturais, a restauração dos ecossistemas degradados, a promoção dos agroecossistemas sustentáveis,

a valorização da agrobiodiversidade; e também a implementação de políticas que favoreçam a agroecologia, a produção orgânica e a transição agroecológica.

A PMAPO está focada na estruturação e melhoria dos arranjos de produção, na distribuição, comercialização e consumo de produtos orgânicos (isentos de transgênicos e agrotóxicos) e considera os pilares econômicos, sociais e ambientais da agricultura e do extrativismo. Busca a valorização, o estímulo e a divulgação das atividades extrativistas sustentáveis e o uso da agrobiodiversidade dos povos e comunidades tradicionais, considerando as diferentes especificidades.

Os resultados preveem o fortalecimento dos agricultores na gestão e na manutenção dos bens comuns para conservação da sociobiodiversidade; a ampliação da geração de conhecimentos (por meio do apoio às pesquisas científicas, da sistematização de saberes e experiências populares e do desenvolvimento de novas tecnologias apropriadas aos sistemas agroecológicos e à produção orgânica, adaptadas à região) e a implementação e o fortalecimento da concepção agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

Além disso, objetiva-se, com a PMAPO, um aumento da oferta de produtos orgânicos e o apoio à comercialização, a ampliação e o acesso a diferentes mercados (priorizando-se as cadeias curtas, os empreendimentos cooperativos, a economia solidária e as feiras de venda direta ao consumidor); o estímulo e a sensibilização para o consumo dos produtos orgânicos, por meio da promoção, divulgação e educação; a promoção do protagonismo dos agricultores do campo, da floresta e da cidade nos processos de construção e socialização de conhecimento, na gestão e na organização social dos sistemas agroalimentares.

Nessa empreitada torna-se imprescindível o apoio ao fortalecimento das organizações da sociedade civil e das redes sociais de economia solidária, das cooperativas, das associações e empreendimentos econômicos que promovam, assessorem e apoiem a agroecologia, a produção orgânica e o consumo sustentável, e, principalmente, o reconhecimento dos agricultores de base ecológica e orgânico como prestadores de serviços ambientais e a implantação de mecanismos de compensação socioeconômica.

Há uma interação das atividades produtivas em consonância com as aptidões sociais, ambientais e agrícolas da região. Temos, então, a integração de ações de agroecologia e produção orgânica com as políticas de inclusão e equidade social, de soberania alimentar e de superação da pobreza. Assim, incentiva-se a permanência da população no meio rural e a sucessão nas

propriedades rurais por meio de políticas públicas integradas, promotoras de qualidade de vida na área rural, assegurando a saúde e a educação do campo, com respeito à diversidade cultural.

Tais questões também estão relacionadas com o empoderamento de jovens e de mulheres, pelo acesso diferenciado às políticas públicas e ao reconhecimento da importância de seus papéis na sustentabilidade no campo e na floresta e com o fomento à pesquisa no desenvolvimento e registro de tecnologias sociais, de insumos orgânicos, de implementos agrícolas de baixo impacto ambiental adaptados às condições locais, de beneficiamento dos produtos e de manejo dos recursos naturais.

Não menos importante, o projeto apoia a geração e a utilização de energias renováveis sustentáveis, que contribuem para a eficiência energética no meio rural e para a minimização de impactos ambientais; a regularização ambiental e a gestão sustentável das unidades produtivas; e as práticas agroecológicas dentro dos Faxinais.

A aprovação da PMAPO é recente, o município deverá constituir o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMAPO) que será implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participam com programas e ações, e deverá ser incorporado ao Plano Plurianual do Município. A implantação será gradativa conforme a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários.

### **O reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em Rebouças – PR**

Além das atividades agroecológicas que se destacam na cidade, há o reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeiros (as), curadores e costureiros (as) de rendiduras ou machucaduras. A mesma lei que reconhece e valoriza essas atividades (Lei nº 1401/2010) regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município.

Tudo tem início em 2008, quando um grupo formado por benzedoras e benzedores dos municípios de Irati, Rebouças e São João do Triunfo, dispostos a lutar contra a invisibilidade social, o preconceito e a marginalização dos ofícios tradicionais (que se concretiza nas suas diversas formas de repreensão às práticas de cura e livre acesso ao uso sustentável de ervas e plantas medicinais), realizaram o I Encontro das Benzedoras do Centro Sul do Paraná e formaram o Movimento Aprendiz da Sabedoria (MASA). Tal evento se tornou um espaço de organização, de articulação com outros movimentos sociais e permitiu a participação na Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

Esse movimento possibilitou que as benzedeadas reivindicassem seus direitos, assumindo espaços políticos, fortalecendo as práticas tradicionais de cura, preservando os saberes tradicionais e proporcionando o uso sustentável dos recursos naturais.

Um mapeamento feito em 2009 pelo MASA, a partir de Encontros Comunitários de Benzedeadas, em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais/Núcleo Sul, identificou em Rebouças, no centro-sul do Paraná, 133 benzedeadas. O levantamento foi encaminhado para a Câmara Municipal de Vereadores e deu origem a um projeto de lei para regulamentar a prática. Rebouças é o primeiro município do país a oficializar a prática de benzedeadas, curadores, “costureira de rendiduras” ou “machucaduras”.

Por meio da Lei nº 1401/2010, a prefeitura municipal de Rebouças reconheceu os ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades: benzedeadas(a), curadores, costureiras(a) de rendiduras ou machucaduras e regulamentou o acesso à coleta de plantas medicinais no município.

Os saberes e conhecimentos realizados pelos detentores de “ofícios tradicionais” foram reconhecidos como instrumentos importantes para a saúde pública do município e incluídos no sistema de saúde municipal como instrumento complementar de terapia.

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde de Rebouças emite um certificado e uma carteirinha para cada detentor de Ofícios Tradicionais de Saúde Popular, a partir de uma carta de autodefinição na qual benzedeadas(a), curadores, costureiras(a) de rendiduras ou machucaduras manifestam seus conhecimentos relativos às práticas tradicionais.

A lei também garante que as plantas nativas de uso medicinal existentes no município de Rebouças são de livre acesso e uso comum às pessoas que desejam realizar tratamentos medicinais, desde que orientados por detentores de "ofícios tradicionais" reconhecidos pelo poder público municipal, sempre observando o uso sustentável e a conservação ambiental.

Não há orçamento específico para essa política. A prefeitura repassa recursos financeiros para o MASA como forma de apoio à execução das atividades. Como beneficiários, o projeto contabiliza 40 benzedeadas(a), curadores, costureiras(a) de rendiduras ou machucaduras que possuem o Certificado de Detentor de Ofício Tradicional de Saúde Popular no município.

Atualmente, em Rebouças, esses profissionais (a maioria, mulheres) trabalham em harmonia com a orientação médica, utilizando técnicas artesanais, medicina alternativa e acreditam ser intermediárias de ação divina para a busca da cura de pessoas que tem fé e que também seguem receita indicada por um médico. Além disso, eles desempenham um importante papel em relação à

preservação e ao incremento da diversidade biológica, já que muitas deles selecionam e cultivam, em suas próprias casas, espécies de plantas medicinais utilizadas para a prática dos ofícios tradicionais de cura.

A Lei 1401/2010 permitiu ampliar o processo de mobilização, valorização e reconhecimento dos detentores de ofícios tradicionais de cura no município. Fortalecer o Movimento Aprendizes da Sabedoria permite a troca de experiências para uso dos conhecimentos nas comunidades, resgata as práticas que manifestam a cultura dos ofícios tradicionais e envolve as gerações mais jovens nos espaços de organização. Além disso, intensifica a luta por políticas públicas de reconhecimento das identidades coletivas das benzedeadas e de seus serviços de saúde prestados de forma gratuita e solidária. Essa é uma conquista perante as formas de repressão e de marginalização dos conhecimentos e saberes tradicionais de cura associados ao uso sustentável da biodiversidade.

O MASA vem construindo sua organicidade em alguns espaços, são eles: comunidades, municípios, coordenação geral e coordenação executiva e segue vigente desde 2010.

Existem várias comunidades, rurais e urbanas (localizadas nos municípios de Irati, São Mateus do Sul, Prudentópolis, Rebouças e São João do Triunfo) que se reúnem, quando necessário, para trocar experiência e incentivar a participação dos mais jovens.

No município de Rebouças, lideranças das comunidades rurais e da cidade se reúnem para socializar o que as comunidades estão realizando, acolhem os encaminhamentos das comunidades e discutem estratégias de diálogo com o poder público municipal. A coordenação geral é formada por lideranças dos municípios que integram o MASA e a cada dois meses deliberam, planejam e avaliam as ações. Também articulam as estratégias bem sucedidas nas comunidades e somam força para reivindicar pautas comuns do movimento.

Cinco benzedeadas e benzedores, indicados pelos grupos, representam os municípios na coordenação executiva. Eles se reúnem mensalmente para encaminhar as propostas deliberadas pelas comunidades, municípios e coordenação geral. Além disso, representam o MASA em espaços políticos, articulam diálogo com o poder público e discutem parcerias com entidades de apoio e demais movimentos sociais, visando o fortalecimento dos Detentores de Ofícios Tradicionais de Cura.

Em maio de 2010, o DECRETO 027 instituiu a Comissão de Saúde Popular, com representantes do MASA, do Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, da Câmara Municipal de Vereadores e da assessoria jurídica e política do MASA, para elaborar

propostas e alternativas para acolhimento das práticas tradicionais no sistema formal de saúde, prevendo parceria dos distintos sujeitos e agentes de saúde popular.

Foi realizada entrevista virtual com Antonio Michel Kuller Meira, que, juntamente com as mulheres do MASA, desenvolveu a política pública em reconhecimento ao trabalho das/dos benzedeadas (os), dos curadores, das/dos costureiras (os) de rendaduras ou machucaduras e parteiras, como ofício tradicional de cura, baseado em algumas políticas públicas que já existem. A partir desta política pública, conseguiram apoio da prefeitura para realização de eventos, oficinas e encontros. Houve também a criação do Parque Ambiental Monge João Maria Rebouças, que recebeu esse nome porque João Maria é considerado santo e devoto das benzedeadas da região. Ali existe uma nascente protegida.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento das benzedeadas do município. Posteriormente houve algumas formações para explicar sobre carteirinha dos profissionais, os amparos da lei e o reconhecimento ao ofício. A partir disso, foram mapeadas 135 benzedeadas em Rebouças, sendo que destas, apenas 40 conseguiram a carteirinha de reconhecimento, pois essas mulheres estavam mais articuladas. Para conseguir a carteirinha, as benzedeadas deveriam pegar um abaixo-assinado da coletividade dos usuários e uma declaração de alto reconhecimento de benzedeadas, sendo, assim, reconhecidas.

A benzedeadas Ana Maria dos Santos comenta, numa entrevista, que o movimento das benzedeadas existe há aproximadamente 12 anos, e que foi uma grande luta para conseguir o reconhecimento que elas têm hoje. Dia, ainda, que auxiliou e auxilia no levantamento das benzedeadas da região - além daquelas que vivem em Rebouças, também as de Irati (183 benzedeadas), São João dos Triunfos (163 benzedeadas) e será realizado levantamento em Rio Azul.

Ana fala da importância desta lei para manter os costumes e incentivar outras pessoas a conhecer/aprender o ofício. Outra conquista foi o parque do Monge São João Maria Rebouças (mencionado anteriormente): a nascente protegida que existe dentro do parque tem águas cujo significado é a cura, o batismo e o benzimento. No município também foi realizada a I Festa Nacional do Monge São João Maria.

Ana lembra o apoio que da prefeitura para os encontros, tais como alimentação, transporte e estrutura. Além da prefeitura de Rebouças, o evento também tem o incentivo do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), já que alunos de pós-graduação realizam estudos sobre o movimento e as articulações das benzedeadas.

Jacira de Paula Marcante, benzeadeira no município de Irati, fala sobre a herança de seus conhecimentos de cura e de benzimento de sua mãe. Ela atende pessoas da cidade e do meio rural e recebe ajuda dos agricultores, que também têm um trabalho grande com esse pessoal. O projeto trouxe o reconhecimento das benzeadeiras e hoje pode ser acessado por diferentes pessoas (do âmbito público ou particular) para colher as plantas medicinais, porém, ainda é necessário mais apoio da prefeitura, pois não existe nenhum retorno do município de Irati.

Com relação ao retorno financeiro, Jandira explica que as benzeadeiras não cobram pelo serviço, elas apenas recebem doações e presentes. No seu caso, em particular, a fonte de renda é a aposentadoria do seu falecido esposo.



Fonte: Maya Santana - Portal das Missões



Fonte: Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.



Fonte: MASA – Encontro das benzedeiiras.



Fonte: MASA – Encontro das benzedeiiras.



Fonte: Documentário *Benzedeiras: Ofício Tradicional*  
<https://www.youtube.com/watch?v=eBPegB3IIU0>



Fonte: MASA – Encontro das benzedeadoras.